



TEATRO O DESPERTAR DOS TRÁGICOS

Em complemento do dossier «O Despertar dos Trágicos» publicado na passada semana, o JL pediu ao dramaturgo Prista Monteiro um depoimento sobre a experiência (amarga?) de um autor com peças

Situações quase inimagináveis

Prista Monteiro

PARA FACILIDADE DE EX-
posição irei responder à
pergunta que tiveram a gentileza
de me fazer, dividindo-a em duas
partes. À primeira pertencerão as
peças prometidas e não represen-
tadas, e à segunda as nunca pro-
jectadas sequer. Começarei por
estas últimas. Este grupo será
constituído por um lote de sete
peças, isto é, menos de metade da
minha produção. Elas nunca des-
pertaram o interesse dos nossos
encenadores, não obstante fazer
parte deste grupo «A VILA» que
ganhou o 1.º Prémio da SPA em
1985 e o «O MITO» que obteve
os prémios do Círculo de Cultura
Teatral do Porto em 1982, o da
SOPEM em 1989 e o Eça de
Queirós da Câmara Municipal de
Lisboa também em 1989, todos
integrando nos seus júris perso-
nalidades de reconhecida compe-
tência, oriundos quer da SEC,
quer do Teatro Nacional e das
diversas universidades. Contudo
essas peças continuam à espera
que os responsáveis pelo nosso
teatro, os quais afirmam não haver
textos dramáticos portugueses,
descubram nelas algo que aque-
les júris devem ter descoberto
oportunamente, mas que natural-
mente os supostos interessados
não tiveram ainda tempo para ler.

Quanto ao segundo grupo, dele
fazem parte mais quatro peças
que têm sido «vítimas» de pro-
messas de encenação. Assim «A
BENGALA», que finalmente veio
a ser representada em 1987 por
um grupo amador, desde 1961
estava «prometida». Contudo logo
nesse ano «sobreveio-lhe» a ho-
nesta Censura e foi proibida sem
tirete nem guarde-te. Ainda em
1961 foi por nomeamento interdi-

em 1966 ia dirigi-la no Teatro
Vasco Santana.

Mas quase inimaginável,
embora real, é a situação em que
se encontra «A CAIXA», a qual
ganhou o prémio da Secretaria
de Estado da Cultura em 1980.
Onze anos e cinco directores,
mais tarde (do Teatro Nacional)
ainda se não vislumbra a data da
sua estreia, não obstante o com-
promisso que aquele departamen-
to do Estado tomou, ao menos
implicitamente, com o autor e a
responsabilidade do Teatro Na-
cional para com este. Em 1986,
um grupo formado por Luís-
Francisco Rebelo, Ana Mascolo,
Carlos Porto, Manoel de Olivei-
ra e eu próprio dirigiu-se ao en-
tão director do TN pedindo a
urgente montagem de «A
CAIXA», pelo que ela podia
significar na sociedade portu-
guesa. O acordo foi total. Em 1991
ainda não foi representada! Os
obstáculos que devem ter surgi-
do nunca porém saíram do segredo
dos deuses... ou dos demónios.

Em 1990, Ricardo Pais tem
finalmente tudo pronto, creio que
até verbas, para Manoel de Oli-
veira encenar aquela peça em
princípio deste ano. Aqui, final-
mente, e por uma vez, todos
sabemos o que aconteceu. Aquele
director do TN foi substituído no
seu cargo pela Senhora Dona
Agustina Bessa-Lúis. Após a
divulgação daquele espectáculo
feita no Dia Mundial do Teatro,
na presença do Senhor Primeiro-
Ministro e do Senhor Secretário
de Estado da Cultura, e da sua
publicação em cerca de uma
dezena de jornais, ele continua
por ser programado. A este facto
não serão de todo estranhas cer-
tas dificuldades do realizador
Manoel de Oliveira, mas julgo



oportunamente, aproveitar ago-
ra a grande festa do teatro portu-
guês — o I.º Festival Internacio-
nal de Teatro — para ser honrado
aquele compromisso. Não foi! E
nenhuma informação me tem sido
dada. A quem caberá esta res-
ponsabilidade, à SEC ou ao Tea-
tro Nacional?

Mas esta situação veio a agra-
var-se, pois «A CAIXA» é um
prémio de 1980, e em 1989 gan-
hei mais dois prémios da SEC: o
segundo prémio Garrett — o pri-
meiro não foi atribuído — com
«DE GRAUS» e a única menção
honrosa desse ano com «NÃO É
PRECISO IR A HOUSTON». Se
«A CAIXA» está atrasada onze
anos, quando chegará a vez des-
tes dois últimos prémios? Certa-
mente, como infelizmente se tem
deixado tornar frequente, depois
da morte do autor. Isto, não obs-
tante ter-me sido garantido pelos
responsáveis de então que se o
Teatro Nacional não cumprisse a
montagem destas peças seria posta
à minha disposição alguma das
outras seis companhias subsidia-
das pela SEC. Nessa altura che-
gou a ser mencionado o Teatro
da Trindade, o encenador Artur
Ramos e o actor Rui de Carvalho.
Porém, até hoje, continuo sem

Teatro português, capital, Évora

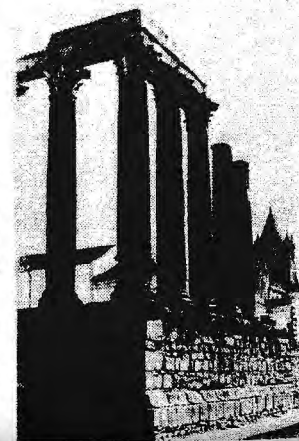
Dóris Graça Dias

PENSAMOS QUE
a escolha de Évo-
ra para Capital
Nacional de Tea-
tro tem a ver com
o facto de, por um
lado, a cidade ter
uma fortíssima tradição teatral
que nos vem, no mínimo, desde
o princípio do século XVI, e por
outro, após o 25 de Abril de '74
ter sido cidade pioneira em ter-
mos de organização teatral, do
arranque a que se chamou des-
centralização, afirma José Carlos
Faria, director artístico do Centro
Dramático de Évora (CENDREV).

Instalado no Teatro Garcia de
Resende, o CENDREV terá este
ano, junto da Câmara Municipal
de Évora, uma reforçada partici-
pação já que, a celebração da CNT
conta com um vasto programa de
actividades, estabelecido entre as
duas entidades. Isto sem contar
com a programação no âmbito do
Festival Internacional de Teatro
que levará três companhias es-
trangeiras e várias nacionais àque-
la cidade, no âmbito do programa da
Secretaria de Estado da Cultura.

Classificada pela UNESCO,
em 1986, Património Mundial da
Humanidade, Évora é uma cidade
cuja História remonta à época da
romanização da Península. Datam
desse tempo alguns dos seus 60
monumentos classificados: um
conjunto arquitectónico enrique-
cido ao longos dos séculos. A es-
colha, por parte dos reis e da Cor-
te, daquela localidade como cida-
de substituta da capital, a partir
dos finais do século XV, a presen-
ça por períodos largos de Gil Vi-

Na tentativa de equilibrar os
vários sectores de produção, a Câ-
mara Municipal adquiriu recente-
mente o parque industrial de Évo-
ra, pertença do Estado (50 hectares
completamente infraestruturados
ocupado apenas em dois por cen-
to) e prepara uma acção de
marketing para incentivo às pe-
quenas e médias indústrias. O tu-
rismo de 1986 a 1990 registou um
aumento de 600 por cento. A CEE,
no âmbito do Programa Trans-
fronteiriço, atribuiu um subsídio
de 50 mil contos para, nos próxi-
mos três anos, se levar a efeito o
reordenamento da circular à volta
das muralhas da cidade, alargan-
do-a para quatro faixas de roda-
gem, com separador central, par-
ques de estacionamento e zonas
verdes. Os trabalhos com vista à
construção de um aeródromo com
serviço transregional avançam: o
município é sócio da LAR e fir-
mou um contrato-programa com o
Governo, com vista a um finan-
ciamento.



1
C
g
f
a
n
e
h
p
u
n
c
u
é
d
a
c
P
(
t
z
f

a
ü
c
v
r
c
c
d
r
s
c
c
u
n

por representar e registou as palavras do escritor Mário Cláudio sobre a vivência da transposição de um texto para o palco

pela mesma esforçada Instituição quando Artur Ramos contava encená-la no Teatro Nacional, vindo depois a ser de novo proibida a Luzia Maria Martins quando

que, mesmo sendo estas intransponíveis, a dívida da SEC para comigo se manteria. Haveria portanto que procurar, eventualmente, outro encenador e muito

saber qual o futuro daqueles trabalhos, tanto mais que pelo menos eu, já tenho certa timidez, ia a dizer vergonha, para abordar esta questão com os responsáveis.

cente (séc. XVI) ou de D. Francisco Manuel de Mello (séc. XVII); a actividade teatral intensamente desenvolvida no século XVIII pela Universidade, ou já no século XIX por abastados proprietários e que culminou com a construção do Teatro Garcia de Resende são factores que, ao longo do tempo, contribuíram para criar apetências junto das populações as quais, através de espectáculos de rua, se associavam, de algum modo, a esta animação cultural.

Por isso não estranham os responsáveis autárquicos esta classificação, e gostariam até que ela «deixasse marcas positivas no futuro trabalho da actividade teatral e cultural do município», como afirmou Jorge Rebeca, vereador da edilidade. Considera ainda este edil que as classificações atribuídas a Évora são o reconhecimento da actividade do município e constituem um incentivo para prosseguir os objectivos que se propuseram atingir.

Actualmente Évora tem uma população de 48 mil habitantes, sendo que 13 mil vivem no centro histórico (intra-muros) e os restantes em volta da cidade. 80 por cento possui casa própria. A cidade não conhece índices de poluição, a distribuição de água ao domicílio é de cem por cento, os esgotos têm uma cobrertura de 85 por cento, os arruamentos de 70 por cento.

Trata-se de um grande conjunto de iniciativas que visam complementar e equilibrar o crescimento económico da cidade, do qual não estão ausentes as relações com outras experiências europeias. Neste âmbito Évora é associada da EUROMIT (Associação Europeia de Cidades de Pequena e Média Dimensão, constituída em 1990), espaço de debate dos modelos de crescimento e os seus reflexos na cidades, com características semelhantes, na Europa Comunitária. A constituição desta associação resultou de uma primeira manifestação, solicitada pela CEE, e que tinha como objectivo a apresentação de uma projecção do crescimento para os anos 2000 e 2022. Do projecto eborense apresentado, que contou com a participação de vários parceiros sociais (Comissão Regional do Alentejo, Universidade, empresários, sindicatos, entre outros), resultou a decisão de Évora ser a cidade escolhida para receber, em Outubro/Novembro, a primeira reunião de trabalhos da associação.

Aparentemente perdida no Alentejo, Évora constitui, no panorama nacional, um exemplo de como a atribuição de incentivos pode permitir, sob uma boa gestão, a multiplicação de iniciativas e o consequente crescimento regional.

Entre texto e palco

Mário Cláudio

NÃO SEI DE AUTOR CA-paz que, tendo amassado o pão da poesia ou da novelística, se não abeirasse de outros géneros, com a total inconsciência de sua especificidade, mas com o ínsito conhecimento de seus modos próprios. E não me recorde de não haver assistido, uma vez que fosse, em Portugal, quer nos escritos, quer nas falas, à rigorosa punição de tais imprudentes, por parte dos maníacos da unidimensionalidade do bicho-homem.

Uma obra de teatro, como qualquer outra, escreve-se para o destino que lhe atribuírem os que a lerem ou que a aplicarem, e já

serão poucos e ostensivamente medíocres aqueles que, depois de Becket, insistirem na necessidade da acção ou da intriga, como pilar da decantada dramaticidade imprescindível.

Pelas alminhas longínquas de Sófocles e de Eurípedes, de Plauto e de Tarêncio, deixemos a teatralidade, em definitivo, na prateleira que lhe competir e libertemo-nos do pânico de continuar contribuindo, o melhor possível, para a sobrevivência da dramaturgia portuguesa. Se Pirandello, o laureado, como é público, muito mais prezava seus romances do que suas peças, bem natural é que, salvas as invencíveis diferenças de longitude, de lati-



tude e de graduação do talento, o bom texto já ande, pouco a pouco, a despontar, e o palco se lhe venha abrindo, com a coragem dos que merecerem a coragem de que derem prova.